

DPU 2016

Prova de Contabilidade Geral e Teoria da Contabilidade Comentada



Meus camaradas, no artigo de hoje comentamos todas as **30 questões** da prova de Contabilidade Geral e Teoria da Contabilidade aplicada na Prova para Contador da DPU.

A prova estava acessível, sem maiores complicações. Com exceção da **questão 87**, a qual creio ser válido **argumentar contra o gabarito preliminar para alterá-lo de errado para certo**, não vislumbrei outras possibilidades de recursos.

Tenho certeza que aqueles que se prepararam conosco puderam perceber que praticamente toda a prova estava contemplada no nosso curso. Apesar de o CESPE ter exigido a disciplina de "Teoria da Contabilidade" nesse concurso, a qual não tínhamos maiores referências da forma de exigência, nosso curso foi preciso... tratamos explicitamente todas as questões exigidas dessa disciplina em nosso curso!

Observamos também uma tendência de o CESPE exigir questões mais conceituais, a exemplo das últimas provas aplicadas em 2015.

Nesse sentido, cada vez mais se faz necessário o **estudo dos Pronunciamentos Contábeis (CPCs)**. Para contribuir nessa tarefa,

estamos com um projeto em pleno desenvolvimento aqui no Estratégia: "**Detonando os CPCs**". Para conhecer melhor nossa proposta, leia o artigo [aqui](#).

Um forte abraço!

Gilmar Possati

prof.possati@gmail.com



Curta a nossa página e fique ligado(a) em todas as nossas atividades.
www.facebook.com.br/profgilmarpossati



Inscreva-se no nosso canal no YouTube: **Contabilizando** e fique antenado(a) com muitas dicas, análises, questões comentadas, [promoções](#) e muito mais.



Siga-me no **Periscope**: **@possati** Em breve, novidades!

Acesse nossos cursos disponíveis [aqui](#).

A respeito dos componentes patrimoniais e dos fatos contábeis, julgue os itens a seguir.

71 (CESPE/Contador/DPU/2016) Havendo liquidação de empresa em situação líquida nula ou equilibrada, o seu ativo será suficiente apenas para o pagamento das dívidas com terceiros, não sendo suficiente para o pagamento do capital próprio.

A equação patrimonial é dada por $A = PE + PL$ em que:

A = Ativo

PE = Passivo Exigível

PL = Patrimônio Líquido

Em situação líquida nula a empresa apresenta valor do ativo igual ao valor do passivo exigível ($A = PE$). Como o passivo exigível representa as dívidas com terceiros, podemos afirmar que nessa situação, o ativo da empresa é suficiente apenas para o pagamento das dívidas com terceiros (passivo exigível), não sendo suficiente para o pagamento do capital próprio (PL).

Em nosso curso comentamos da importância de sabermos os sinônimos. Na oportunidade, inclusive, inserimos o seguinte quadro com os sinônimos (pág. 10 da aula 1):

Sinônimos para os componentes patrimoniais		
Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido
Patrimônio Bruto	Passivo Exigível	Situação Líquida
Capital Aplicado	Capital de Terceiros	Capital Próprio
Capital Investido	Capital Alheio	Recursos Próprios
Aplicações dos Recursos Investimentos	Recursos de terceiros	Passivo Não Exigível
		Riqueza Própria (Líquida)

Gabarito: Certo

72 (CESPE/Contador/DPU/2016) Caso uma empresa possua R\$ 50.000,00 de capital de terceiros, que representa 25% do total de recursos à disposição da sociedade, o ativo total da empresa será inferior a R\$ 150.000,00.

Mais uma questão em que é exigido conhecimento sobre os sinônimos.

Capital de terceiros = passivo exigível (PE)

Total de recursos à disposição = total do ativo (A)

Assim, temos:

PE = 50.000,00

Como o PE representa 25% (1/4) do total do ativo, podemos concluir que o ativo total é de 200.000,00 (4 x 50.000).

Logo, o total do ativo é **superior** a R\$ 150.000,00.

Gabarito: Errado

73 (CESPE/Contador/DPU/2016) O recebimento de vendas a prazo é considerado um fato contábil permutativo, visto que ele não provoca alterações no patrimônio líquido da entidade e modifica apenas a composição do ativo circulante com o aumento das disponibilidades.

No recebimento de vendas a prazo temos o seguinte lançamento:

D – Disponível (Caixa/Bancos) → + Ativo circulante

C – Duplicatas a Receber → - Ativo circulante

Trata-se de um fato permutativo do ativo. Sendo assim, não há alterações no patrimônio líquido da entidade. Há apenas modificação qualitativa nos elementos do ativo circulante, ou seja, alteração na composição do ativo circulante com o aumento das disponibilidades e a diminuição das duplicatas a receber.

Gabarito: Certo

Com relação ao plano de contas e às teorias relacionadas às contas patrimoniais e às contas de resultado, julgue os itens que se seguem.

74 (CESPE/Contador/DPU/2016) Com base na teoria dos fundos, as exigibilidades são subtraídos dos ativos, ou ativos negativos; já os passivos são vistos como reservas ou restrições aos ativos, derivantes de considerações legais, equitativas, econômicas ou gerenciais.

Questão de Teoria da Contabilidade. Muitos podem ter achado mais complicada, pois não é um assunto muito explorado em provas. No entanto, para quem se preparou conosco não teve problemas, pois estudamos o assunto em nosso curso.

Na oportunidade (pág. 9, aula 12) vimos que a Teoria do Fundo, proposta por William Vatter, seria uma extensão da Teoria da Entidade, mas com a diferença que **a base da Contabilidade não seria nem o proprietário, ou a sociedade, e sim um grupo de ativos e um conjunto de atividades ou funções para as quais esses ativos são utilizados. Tal grupo de ativos é chamado de fundo.**

Assim, a noção de patrimônio líquido representaria a ideia da restrição que a gerência da sociedade possui em relação aos ativos, após o balanço dos passivos, do que a efetiva representação de um passivo. Nesse sentido, pela despersonalização do fundo, não haveria mais um destinatário personificado da informação final sobre o patrimônio líquido. Vatter¹ (1963) entende que é "uma restrição geral que indica que os ativos estão devotados para os propósitos e operações do fundo na qual eles aparecem".

Assim, a equação ficaria:

$$\text{Ativo} = \text{Restrições ao Ativo}$$

Bem... voltando a questão. Apenas com o que vimos acima já dá para identificar um erro no item, qual seja:

"... os **passivos** são vistos como reservas ou restrições aos ativos ..."

Conforme vimos, os **ativos** são vistos como reservas ou restrições aos ativos.

¹ VATTER, William J. Corporate Stock Equities: Part I. In: BACKER, Morton. Handbook of modern accounting theory. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1963.

Além disso, há outro erro no item:

"Com base na ~~teoria dos fundos~~, as exigibilidades são subtraendos dos ativos, ou ativos negativos..."

É na **teoria da propriedade** que as exigibilidades são subtraendos dos ativos, ou ativos negativos.

Essa afirmação é de um eminente teórico denominado Harfield, segundo o qual (grifo nosso):

*"Num sentido restrito, exigibilidades ... **são subtraendos dos ativos, ou ativos negativos**. Seria lógico, portanto, preparar um balanço no qual as exigibilidades totais fossem subtraídas dos ativos totais, deixando no lado direito do balanço meramente os itens que representam a propriedade". (Accounting It's Principies and Problems, 1927²)*

A afirmação do eminente teórico está de acordo com os preceitos da Teoria da Propriedade.

Gabarito: Errado

75 (CESPE/Contador/DPU/2016) Conforme as dimensões básicas da receita, embora ela possa ser estimada pela entidade, seu valor final deverá ser validado pelo mercado, em determinado período de tempo.

Nessa questão, o CESPE se baseia na obra do eminente Prof. Dr. Sérgio de Iudícibus³, um dos mais importantes teóricos do nosso país. Segundo esse autor (grifo nosso),

*"Receita é a expressão monetária, **validada pelo mercado**, do agregado de bens e serviços da entidade, em sentido amplo(em determinado período de tempo), e que provoca um acréscimo concomitante no ativo e no patrimônio líquido, considerado separadamente da diminuição do ativo (ou do acréscimo do passivo) e do patrimônio líquido provocados pelo esforço em produzir tal receita."*

² Citado pelo Prof. Sérgio de Iudícibus (Teoria da Contabilidade. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2000:145)

³ IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2000.

Segundo o autor, nessa definição ficam perfeitamente caracterizadas as **dimensões básicas da receita** (grifo nosso):

"(I) está ligada à produção de bens e serviços em sentido amplo;

(II) embora possa ser estimada pela entidade, seu valor final deverá ser validado pelo mercado;

*(III) está ligada a certo **período de tempo**;*

(IV) embora se reconheça que o esforço para produzir receita provoca, direta ou indiretamente, despesas (diminuição do ativo e do patrimônio líquido), não subordina, no tempo, o reconhecimento da receita ao lançamento da despesa".

Gabarito: Certo

76 (CESPE/Contador/DPU/2016) Um dos objetivos do plano de contas é estabelecer normas de conduta para o registro das operações da entidade, por meio do atendimento às necessidades de informação da administração da empresa, da observação do formato compatível com as normas de contabilidade, e da adaptação, tanto quanto possível, às exigências dos agentes externos.

Estudamos em nosso curso (pág. 11, aula 2) que o plano de contas é um **conjunto de contas, diretrizes e normas que disciplina as tarefas do setor de contabilidade**. O objetivo do plano de contas é **uniformizar os registros contábeis de uma entidade**. Para tanto, o plano de contas relaciona todas as contas a serem utilizadas no registro das variações patrimoniais.

Nesse sentido, o Plano de Contas representa um agrupamento ordenado de todas as contas que serão utilizadas pela Contabilidade dentro de determinada entidade e visa padronizar e facilitar no momento de classificação dos documentos, bem como estabelecer normas de conduta para o registro das operações da entidade.

Gabarito: Certo

77 (CESPE/Contador/DPU/2016) Uma das finalidades do balancete de verificação é demonstrar a correta aplicação do método das partidas dobradas, pois o total devedor deve ser igual ao total credor, ou seja, para cada débito em uma ou mais contas deve haver crédito de igual valor em uma ou mais contas.

Perfeito! Conforme abordamos em nosso curso (pág. 32, aula 3), o Balancete de Verificação é um demonstrativo auxiliar, vale dizer, não obrigatório, levantado para fins operacionais. É composto por todas as contas com os seus respectivos saldos, extraídos do Livro Razão.

O objetivo do Balancete de Verificação é **verificar se o método das partidas dobradas foi obedecido ao longo do processo de escrituração dos fatos contábeis**, ou seja, se os débitos e créditos foram efetuados corretamente.

A estrutura do balancete de verificação, basicamente, compreende duas colunas: uma coluna para os saldos devedores e outra para os saldos credores.

A consequência lógica do balancete é a seguinte: como o valor total debitado corresponde ao valor total creditado, então **o somatório dos débitos corresponde ao somatório dos créditos efetuados**. Sendo assim, se os totais divergirem entre si, ficará evidenciado erro na escrituração e desobediência ao método das partidas dobradas.

Gabarito: Certo

78 (CESPE/Contador/DPU/2016) Os documentos base para a elaboração do balancete de verificação são o livro diário, de onde são extraídos os saldos finais das contas, e o livro razão, no qual estão demonstradas as movimentações contábeis.

Conforme vimos no comentário da questão anterior, o Balancete de Verificação é composto por todas as contas com os seus respectivos saldos, extraídos do **Livro Razão**.

O livro diário não é utilizado na elaboração do Balancete.

Inclusive na questão comentada nº 2 da aula 3 do curso abordamos esse detalhe. Só para controle (rsrsrs), observe a questão:

(CESPE/Agente de Polícia Federal/2014) O balancete de verificação é feito a partir da extração dos saldos contidos no livro diário.

Na oportunidade informamos que o balancete de verificação era feito a partir da extração dos saldos contidos no **livro razão**.

Veja, nobre estudante, que as exigências se repetem... por isso a importância de estudar o máximo de questões comentadas anteriores da banca.

Gabarito: Errado

Com relação ao controle de estoques, julgue os itens seguintes.

79 (CESPE/Contador/DPU/2016) Na compra de mercadorias à vista, caso seja utilizado o sistema de inventário permanente, deverão ser lançados estoques de mercadorias e impostos a recolher a débito, em contrapartida de disponível a crédito.

Conforme abordado na aula 4 do nosso curso, no **inventário permanente** a empresa controla o estoque de forma contínua, registrando todas as entradas no estoque e as baixas em cada operação de venda.

Na compra de mercadorias à vista, caso seja utilizado o sistema de inventário permanente, efetuamos o seguinte lançamento:

- D – Estoque de mercadorias
- D – Impostos a Recuperar
- C – Disponível

Observe que o item erra ao afirmar que devemos debitar impostos a **recolher**. Conforme vimos acima, o correto é debitar impostos a **recuperar**!

Gabarito: Errado

80 (CESPE/Contador/DPU/2016) Caso uma economia apresente preços perfeitamente estáveis, o saldo final dos estoques será o mesmo, independentemente de o método escolhido ser a média ponderada ou o primeiro que entra, primeiro que sai.

Questão “mamão com açúcar” ☺

Vimos na aula 4, págs. 8 e 9 o seguinte:

Algumas questões exigem o conhecimento do comparativo entre os critérios de avaliação de estoques. De forma objetiva devemos saber o seguinte:

Em uma economia inflacionária:

→ **PEPS:** O estoque e o lucro bruto são maiores (superavaliados) e o CMV menor (subavaliado).

→ **UEPS:** O estoque e o lucro bruto são menores (subavaliados) e o CMV maior (superavaliado).

	PEPS	Média	UEPS
Estoque	Maior	Médio	Menor
CMV	Menor	Médio	Maior
Lucro Bruto	Maior	Médio	Menor

Em uma economia deflacionária:

→ **PEPS:** O estoque e o lucro bruto são menores (subavaliados) e o CMV maior (superavaliado).

→ **UEPS:** O estoque e o lucro bruto são maiores (superavaliados) e o CMV menor (subavaliado).

	PEPS	Média	UEPS
Estoque	Menor	Médio	Maior
CMV	Maior	Médio	Menor
Lucro Bruto	Menor	Médio	Maior

Perceba que a necessidade de escolha de um critério de avaliação de estoques decorre da instabilidade de preços. Nesse sentido, **se tivermos uma economia com preços perfeitamente estáveis,**

qualquer que seja o critério adotado (PEPS, UEPS, custo médio), o resultado será igual.

Observe que tratamos de forma explícita em nosso curso essa questão.

Gabarito: Certo

Com base nas normas de contabilidade aplicáveis às demonstrações financeiras, julgue os itens subsecutivos.

81 (CESPE/Contador/DPU/2016) As ações em tesouraria representam as ações da companhia que são adquiridas pela própria sociedade e devem ser registradas no patrimônio líquido, em conta credora, de modo a aumentar, assim, o valor do capital social.

Outra questão bem tranquila. Abordamos de forma explícita o assunto na pág. 23 da aula 5, senão vejamos:

Ações em Tesouraria

*Trata-se de uma conta do PL utilizada quando a **empresa adquire as suas próprias ações**, com o objetivo de elevar o preço delas e realizar no futuro uma nova venda, de forma a obter lucro na transação. Também tem o objetivo de concentrar as ações, quando estas estão muito pulverizadas nas mãos de um grande número de acionistas.*

[...]

*Nos termos do art. 182, §5º, da Lei nº 6.404/76, as ações em tesouraria deverão ser destacadas no balanço como **dedução** da conta do patrimônio líquido que registrar a origem dos recursos aplicados na sua aquisição. **Trata-se, portanto, de uma conta redutora do PL.***

Assim, corrigindo o item, temos:

As ações em tesouraria representam as ações da companhia que são adquiridas pela própria sociedade e devem ser registradas no

patrimônio líquido, em conta **credora [devedora]**, de modo a **aumentar-[diminuir]**, assim, o valor do capital social.

Gabarito: Errado

82 (CESPE/Contador/DPU/2016) Um instrumento financeiro classificado como ativo no balanço patrimonial pode ser corretamente categorizado como: mantido para negociação; mantido até o vencimento; empréstimos/contas a receber; e disponível para venda.

Perfeito! Abordamos na aula 6, pág. 3, do curso específico para a DPU o seguinte:

Os instrumentos financeiros são classificados em quatro grandes grupos:

(i) Empréstimos e recebíveis normais de transações comuns: são os títulos não destinados à negociação; a entidade permanece com eles até o vencimento. Exemplo: **contas a receber**, fornecedores. São registrados pelos **Valores Originais (custo de aquisição)** e estão sujeitos aos ajustes a valor presente e às "provisões" para perdas.

(ii) Investimentos mantidos até o vencimento: são os investimentos que a entidade possui intenção e condições de manter até o vencimento. São registrados pelos **valores originais (custo de aquisição)** mais os encargos ou rendimentos financeiros (custo amortizado).

(iii) Ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado: composto pelos ativos e passivos financeiros destinados a serem negociados (de forma imediata). São avaliados ao seu **Valor Justo**, com todas as **contrapartidas** das variações nesse valor contabilizadas diretamente no **resultado**.

(iv) Ativos financeiros disponíveis para venda (futura): constituído por títulos a serem negociados no futuro. O título disponível para venda é avaliado pelo **Valor Justo**, estando sujeito a duas atualizações. A primeira atualização é referente à curva do papel (custo amortizado), que reflete a atualização do título ao longo do tempo, do instante da compra até seu vencimento, pela sua taxa

efetiva de rendimento, tendo como contrapartida o resultado do exercício. A segunda atualização é referente ao **ajuste ao valor justo**, sendo que a diferença, para mais ou para menos, entre o valor contabilizado após a apropriação do rendimento pela taxa efetiva de juros (valor pela curva do papel) e o valor justo será registrada na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP), no Patrimônio Líquido.

Do exposto, percebe-se que o item está perfeito!

Gabarito: Certo

83 (CESPE/Contador/DPU/2016) Os juros pagos a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, poderão ser deduzidos na demonstração do resultado do exercício, sendo seu cálculo realizado sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitado à variação, pro rata dia, da taxa de juros de longo prazo (TJLP).

Mais uma questão que abordamos em nosso curso. Na aula 7, pág. 8, destacamos que os Juros sobre o Capital Próprio (JCP) estão incluídos como despesas financeiras, logo entram deduzindo na demonstração do resultado do exercício (reduzindo o lucro a ser tributado). Na oportunidade informamos que o cálculo dessa remuneração toma por base a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Gabarito: Certo

84 (CESPE/Contador/DPU/2016) São denominados equivalentes de caixa os investimentos conversíveis em moeda e que apresentam alto risco de alteração de valor, sendo necessária a exposição, no relatório de administração, dos critérios adotados para identificar as aplicações em equivalente de caixa.

Abordamos o assunto na pág. 6 da aula 9. A questão apresenta dois erros.

Os equivalentes de caixa representam os investimentos conversíveis em moeda e que apresentam **insignificante** risco de alteração de valor. Além disso, a companhia deve expor em **notas explicativas** (e não no relatório de administração) os critérios adotados para identificar as aplicações em equivalentes de caixa.

Gabarito: Errado

85 (CESPE/Contador/DPU/2016) No fluxo de caixa pelo método indireto, as variações positivas (negativas) do ativo circulante aumentam (reduzem) o caixa e as variações positivas (negativas) do passivo circulante reduzem (aumentam) o caixa.

Da estrutura da DFC elaborada pelo método indireto, apresentada na pág. 15 da aula 9, chegamos ao seguinte raciocínio:

Variações positivas do ativo circulante → diminuem o caixa
(negativas) → (aumentam)

Variações positivas do passivo circulante → aumentam o caixa
(negativas) → (reduzem)

Sendo assim, o item inverte o raciocínio.

Gabarito: Errado

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 00 (R1) — estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatórios contábil-financeiros —, julgue os itens a seguir, referentes a conceito, objetivos e usuários da contabilidade.

86 (CESPE/Contador/DPU/2016) Os relatórios contábil-financeiros de propósitos gerais não são os instrumentos que atendem a todas as informações de que os usuários externos — investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e em potencial — necessitam.

Perfeito! Abordamos o assunto nas págs. 14 e 15 da aula 0. Segundo a Estrutura Conceitual, **demonstrações contábeis** elaboradas dentro do que prescreve a Estrutura Conceitual **objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários.**

As demonstrações não atendem e não podem atender a todas as informações de que investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, necessitam.

Esses usuários precisam considerar informação pertinente de outras fontes, como, por exemplo, condições econômicas gerais e expectativas, eventos políticos e clima político, e perspectivas e panorama para a indústria e para a entidade.

Gabarito: Certo

87 (CESPE/Contador/DPU/2016) O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras úteis acerca da entidade para a tomada de decisão por parte de usuários internos, como os gerentes de produção, e de usuários externos, como os acionistas.

Abordamos o assunto nas págs. 14 e 15 da aula 0. Segundo a Estrutura Conceitual, **demonstrações contábeis** elaboradas dentro do que prescreve a Estrutura Conceitual **objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários.**

As demonstrações não atendem e não podem atender a todas as informações de que investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, necessitam. Esses usuários precisam considerar informação pertinente de outras fontes, como, por exemplo, condições econômicas gerais e expectativas, eventos políticos e clima político, e perspectivas e panorama para a indústria e para a entidade.

Acredito que o CESPE considerou o item errado por entender que o relatório contábil-financeiro de propósito geral (demonstração contábil) não tem o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários.

Porém, quando a Estrutura Conceitual “fala” em usuários em geral, inclui os usuários internos (a exemplo dos gerentes de produção) e também os usuários externos (a exemplo dos acionistas).

Os gerentes de produção podem, por exemplo, utilizar as informações das demonstrações para atender a finalidades gerais. Eles podem, por exemplo, extrair informações sobre a rotatividade dos estoques (finalidade geral) para, então, tomar as medidas cabíveis. Necessitam, aí sim, de informações mais específicas do setor, as quais não vão ser encontradas nas demonstrações contábeis, não é mesmo? Essa é a ideia que entendo ser passada pela Estrutura Conceitual nesse ponto.

Nesse sentido, creio ser válido **argumentar contra o gabarito preliminar para alterá-lo de errado para certo.**

Gabarito preliminar: Errado

A respeito dos princípios de contabilidade aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Resolução CFC n.º 750/1993 e alterações conforme Resolução CFC n.º 1.282/2010, julgue os itens seguintes.

88 (CESPE/Contador/DPU/2016) Conforme o princípio patrimonialista, o patrimônio é o objeto da contabilidade.

Abordamos o assunto na aula 11, pág. 3. Na oportunidade destacamos que o **Princípio da Entidade** reconhece o **patrimônio como objeto da Contabilidade** e afirma a **autonomia patrimonial**, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos.

Perceba que realmente o patrimônio é o objeto da Contabilidade. Porém, não existe o princípio citado pela questão. Corrigindo o item, temos:

Conforme o princípio **patrimonialista da entidade**, o patrimônio é o objeto da contabilidade.

Gabarito: Errado

89 (CESPE/Contador/DPU/2016) O princípio da competência, que se refere à simultaneidade do reconhecimento de receitas e despesas correlatas, deve ser observado ao se elaborar a demonstração do resultado do exercício.

Perfeito! O Princípio da Competência determina que **os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.**

O Princípio da Competência pressupõe a **simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.**

Com exceção da Demonstração dos Fluxos de Caixa, todas as demais demonstrações devem obedecer ao princípio da competência, inclusive a DRE.

Gabarito: certo

90 (CESPE/Contador/DPU/2016) Conforme os princípios da prudência e da oportunidade, os efeitos das transações e outros eventos devem ser reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

Questão da série "nunca foi tão fácil ser Contador da DPU"!

O **Princípio da Competência** determina que **os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.**

Gabarito: Errado

Em relação ao reconhecimento e mensuração de ativos e passivos, de receitas e despesas, e de ganhos e perdas, julgue os itens subsequentes.

91 (CESPE/Contador/DPU/2016) Deve-se reconhecer um passivo caso haja uma obrigação futura da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação resultará na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Abordamos o conceito de passivo na pág. 7, aula 1:

PASSIVO é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos.



Do exposto, percebe-se que a questão está errada.

Gabarito: Errado

92 (CESPE/Contador/DPU/2016) Perdas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, portanto não são enquadradas como despesas, visto que despesas têm origem em atividades usuais da entidade e perdas, em atividades não usuais.

As perdas são enquadradas sim como despesas.

Segundo a Estrutura Conceitual, **a definição de despesas abrange tanto as perdas quanto as despesas propriamente ditas que surgem no curso das atividades usuais da entidade.** As despesas que surgem no curso das atividades usuais da entidade incluem, por exemplo, o custo das vendas, salários e depreciação. Geralmente, tomam a forma de desembolso ou redução de ativos como caixa e equivalentes de caixa, estoques e ativo imobilizado.

Perdas representam outros itens que se enquadram na definição de despesas e podem ou não surgir no curso das atividades usuais da entidade, representando decréscimos nos benefícios econômicos e, como tais, não diferem, em natureza, das demais despesas. Consequentemente, não são consideradas como elemento separado na Estrutura Conceitual.

Perdas incluem, por exemplo, as que resultam de sinistros como incêndio e inundações, assim como as que decorrem da venda de ativos não circulantes. A definição de despesas também inclui as perdas não realizadas. Por exemplo, as que surgem dos efeitos dos aumentos na taxa de câmbio de moeda estrangeira com relação aos empréstimos da entidade a pagar em tal moeda. Quando as perdas são reconhecidas na demonstração do resultado, elas são geralmente demonstradas separadamente, pois sua divulgação é útil para fins de tomada de decisões econômicas. As perdas são, em regra, reportadas líquidas das respectivas receitas.

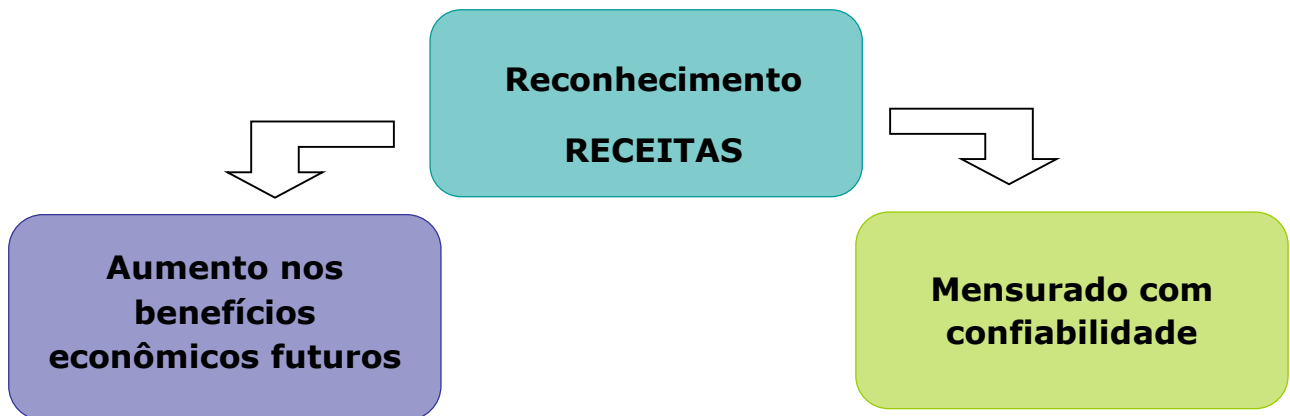
Gabarito: Errado

93 (CESPE/Contador/DPU/2016) Uma das condições para reconhecimento de receitas é que as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, possam ser mensuradas com confiabilidade.

Segundo a Estrutura Conceitual, **a receita deve ser reconhecida na demonstração do resultado quando resultar em aumento nos benefícios econômicos futuros relacionado com aumento de ativo ou com diminuição de passivo, e puder ser mensurado com confiabilidade.** Isso significa, na prática, que o reconhecimento da receita ocorre simultaneamente com o reconhecimento do aumento nos ativos ou da diminuição nos passivos (por exemplo, o aumento líquido nos ativos originado da venda de bens e serviços ou o decréscimo do passivo originado do perdão de dívida a ser paga).

Os procedimentos normalmente adotados, na prática, para reconhecimento da receita, como, por exemplo, a exigência de que a receita tenha sido ganha, são aplicações dos critérios de reconhecimento definidos na Estrutura Conceitual. Tais procedimentos são geralmente direcionados para restringir o

reconhecimento como receita àqueles itens que possam ser mensurados com confiabilidade e tenham suficiente grau de certeza.



Gabarito: Certo

94 (CESPE/Contador/DPU/2016) O valor das vendas de ingressos para os Jogos Olímpicos de 2016, ocorridas em abril de 2015, deve ser reconhecido no balanço patrimonial do exercício de 2015 da empresa vendedora como um passivo exigível.

O fato apresentado na questão nada mais é do que uma receita diferida (recebida de forma antecipada). As receitas antecipadas (diferidas) compõem as exigibilidades da entidade, pois representam uma obrigação. No fato apresentado na questão, a obrigação é a de disponibilizar o ingresso ao cliente no evento (Olimpíadas 2016) no horário e local apropriado, conforme acordado com o cliente.

Gabarito: Certo

Com relação ao reconhecimento e à mensuração de itens patrimoniais e de resultado, julgue os itens subsecutivos.

95 (CESPE/Contador/DPU/2016) Caso uma empresa realize gastos para a aquisição de um bem, em que se espera que os benefícios econômicos ocorram somente ao longo do período corrente, então essa transação deverá ser reconhecida como despesa na demonstração do resultado.

Segundo a Estrutura Conceitual, uma despesa é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado quando um gasto não

produz benefícios econômicos futuros ou quando, e na extensão em que os benefícios econômicos futuros não se qualificam, ou deixam de se qualificar, para reconhecimento no balanço patrimonial como um ativo.

Nesse sentido, no caso apresentado na questão, como se espera que os benefícios econômicos ocorram somente ao longo do período corrente, ou seja, não está caracterizada a produção de benefícios econômicos futuros desses gastos. Logo, essa transação deverá ser reconhecida como despesa na DRE.

Gabarito: Certo

96 (CESPE/Contador/DPU/2016) Caso determinada sociedade empresária estime uma provisão, em virtude de garantia oferecida por problema no funcionamento inadequado de produto vendido, essa sociedade deverá reconhecer um passivo e uma despesa no momento da venda, pelo valor estimado.

Provisão é um passivo com prazo e valor incertos. A contabilização da provisão, pelo valor estimado, ocorre da seguinte forma:

- D – Despesa com provisão (reconhecimento de uma despesa)
- C – Provisão para garantias (reconhecimento de um passivo)

Gabarito: Certo

97 (CESPE/Contador/DPU/2016) Um imóvel arrendado poderá ser reconhecido como ativo contábil pela empresa arrendatária caso a entidade passe a controlar os benefícios econômicos esperados desse bem.

Perfeito! Segundo o conceito de ativo disposto na Estrutura Conceitual,

ATIVO é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade.

Pessoal, essa definição possui três termos que são fundamentais para que um item seja considerado como ativo: **gerar benefício**

econômico futuro, ser controlado pela entidade e ser resultante de um evento ocorrido no passado. Portanto, algo só pode ser considerado ativo quando cumprir as três condições em conjunto.

Controle pela entidade: refere-se ao fato de que o benefício futuro deve ser controlado por uma entidade em particular. Perceba que a definição não utiliza o termo propriedade, desvinculando a parte legal da econômica. Trata-se da essência sobre a forma. O exemplo clássico citado pela doutrina é o arrendamento financeiro, em que os bens pertencem ao arrendador, porém ficam sob controle do arrendatário, devendo, portanto, serem contabilizados como ativo pelo arrendatário.

Gabarito: Certo

Com relação às teorias do patrimônio líquido, julgue os itens a seguir.

98 (CESPE/Contador/DPU/2016) Na teoria da entidade, os juros referentes a empréstimo obtido representam despesas para a sociedade empresária, pois reduzem a riqueza da entidade e não a dos acionistas.

Abordamos o assunto na aula 12, pág. 7. Na oportunidade destacamos que ao contrário da Teoria da propriedade, **a Teoria da Entidade considera os juros de um empréstimo como sendo distribuição de capital.**

Logo, o item erra ao afirmar que os juros referentes a empréstimo obtido representam despesas para a sociedade empresária.

Gabarito: Errado

99 (CESPE/Contador/DPU/2016) A teoria da entidade, em contraposição à teoria do fundo, aborda a necessidade de divulgação da demonstração do valor adicionado e do balanço social por empresas de grande e de médio porte.

Abordamos o assunto na aula 12, pág. 11. Na oportunidade abordamos o seguinte:

*A Teoria do Empreendimento, também denominada de Teoria Empresarial, foi proposta por Suojanen (1954) a partir da **visão da***

organização como um ente social que exerce influência sobre vários setores da sociedade. Nesse sentido, a sociedade é vista como um centro de tomada de decisões que afeta as pessoas que dela participam, quer sejam acionistas, empregados, credores, consumidores ou órgãos governamentais.

Essa visão é corroborada por Niyama e Silva, segundo os quais essa teoria considera que a Contabilidade deve estar voltada para outros usuários como, por exemplo, empregados, governo, entidades reguladoras e público em geral. Essa teoria, segundo os autores, tem sido utilizada para justificar a publicação da **demonstração do valor adicionado e do balanço social** por parte das empresas, tendo em vista a necessidade de justificar as ações sociais da entidade. Assim, concluem os autores, a Teoria do Empreendimento possui uma visão diferente do resultado, considerando juros, dividendos e salários como sendo sua distribuição.

Do exposto, percebe-se que é a teoria empresarial e não a teoria da entidade que aborda a necessidade de divulgação da demonstração do valor adicionado e do balanço social por empresas de grande e de médio porte.

Gabarito: Errado

100 (CESPE/Contador/DPU/2016) A teoria do proprietário é representada pela equação que descreve o patrimônio líquido como resultado da diferença entre ativo e passivo.

Mais uma questão cujo assunto abordamos na aula 12, pág. 4. Na oportunidade abordamos o seguinte:

Na lição de Iudícibus (2004), segundo a Teoria da Propriedade, **o proprietário é o centro de atenção da Contabilidade.** As receitas são consideradas como acréscimo de propriedade e as despesas, decréscimos. Assim o lucro líquido, diferença entre receitas e despesas, é adicionado diretamente ao proprietário. Os dividendos representam retirada de capital, e os lucros acumulados são parte da transferência.

Niyama e Silva (2013) ensinam que, segundo esta teoria, a entidade existe para satisfazer aos objetivos e necessidades do dono, razão pela qual **a principal finalidade da Contabilidade é a determinação da riqueza líquida do proprietário.**

Segundo Kam, a noção de propriedade está no cerne do sistema de partidas dobradas, pois o foco de Luca Pacioli⁴ era o proprietário. Abe (2007) informa que com o desenvolvimento da Teoria Contábil, diversos autores do início do século XIX produziram livros para ensinar Contabilidade e o reconhecimento da propriedade aparece como um fato recorrente, pois era do interesse do próprio proprietário localizar, por meio de contas com nomenclatura o local em que ocorria seu ganho e sua perda.

*Nesse sentido, não havia interesse em analisar a propriedade da nomenclatura contábil em si, pois as contas eram usadas com o intuito de permitir o estudo e a análise pelo proprietário de seu capital alocado. Os autores entendiam que essa necessidade seria compatível com a verificação do estado de propriedade, tanto em aspecto positivo (ativos) quanto em aspecto negativo (passivos) e o quanto sobraria caso seus credores fossem integralmente satisfeitos. **Essa noção resulta na equação comumente estudada de que os ativos menos os passivos é igual ao patrimônio líquido** (ABE, 2007).*

Do exposto, percebe-se que o item está certo.

Gabarito: Certo

⁴ Luca Bartolomeo de Pacioli foi um monge franciscano e célebre matemático italiano. É considerado o pai da contabilidade moderna.